

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ÊXODO RURAL EM SANTA CATARINA
A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA E OS MOVIMENTOS
MIGRATÓRIOS

1975 - 1995

**Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para
obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.**

Por: Patricia Boeing.

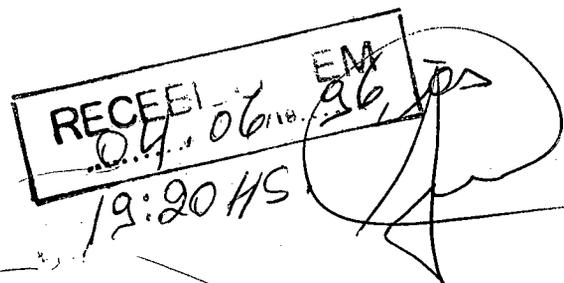
Orientador: Prof. Laércio Barbosa Pereira.



Área de Concentração: Economia Agrícola.

Palavras-chave: Êxodo Rural, Mecanização, Produtividade.

Florianópolis, junho de 1996.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

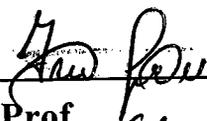
A banca examinadora resolveu atribuir a nota7,5.... à aluna Patricia Boeing na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:



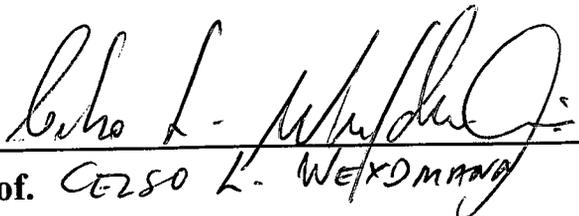
Prof. Laércio Barbosa Pereira.

Presidente



Prof. FRANCISCO GBLINSKI NETO

Membro



Prof. CELSO L. WEIDMANN

Membro

Aos Meus Pais

Ao Ricardo

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Nilson José Boeing, que auxiliou-me com seus conhecimentos e dedicação.

Ao meu noivo, Ricardo Luiz Rauen, por seu carinho e compreensão.

Ao Professor Laércio Barbosa Pereira, pela valiosa e dedicada orientação.

Aos colegas, professores e funcionários do Curso de Ciências Econômicas da UFSC.

Aos funcionários do Instituto CEPA/SC, em especial ao Eng^o. Agrônomo Guido Boeing, por sua atenção e colaboração.

A todos, familiares e amigos, que, direta ou indiretamente, colaboraram na confecção deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vii
LISTA DE TABELAS	viii
RESUMO	x

CAPÍTULO I

1 - Introdução	02
1.1 - Problemática Geral	02
1.2 - Objetivos	05
1.3 - Metodologia	05
1.4 - Estrutura do Trabalho	06

CAPÍTULO II

2 - Rápida História da Ocupação e Situação Recente da Agricultura Catarinense.	08
2.1 - Alguns Aspectos da Política de Crédito Agrícola em Santa Catarina	13
2.2 - Evolução da Agricultura em Santa Catarina	16

CAPÍTULO III

3 - A Mecanização Agrícola em Santa Catarina	23
--	----

3.1 - Evolução no Uso de Tratores, Máquinas e Instrumentos Agrícolas, Buscando um Paralelo com a Evolução da População Ocupada no Meio Rural.....	25
--	----

CAPÍTULO IV

4 - Evolução de Preços e Rendimentos Agrícolas em Santa Catarina.....	32
--	----

4.1 - Evolução dos Rendimentos dos Principais Produtos Agrícolas Cultivados em Santa Catarina	33
---	----

4.2 - Evolução nos Preços Recebidos pelos Produtores em Santa Catarina (1984-1995)	36
--	----

CAPÍTULO V

5. Conclusões e Recomendações.....	40
------------------------------------	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43
---------------------------------	----

FICHA DE AVALIAÇÃO	46
--------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1: MAPA DE SANTA CATARINA (MESORREGIÕES).....	10
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1: POPULAÇÃO RESIDENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MESORREGIÃO.....	12
Tabela 2.2: POPULAÇÃO RESIDENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA -1970/1991.....	12
Tabela 2.3: TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL DE SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA, CONFORME DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970 E 1980. (%).....	17
Tabela 2.4: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO, SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1974/75 À 1980/81.....	18
Tabela 2.5: VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE SANTA CATARINA - SAFRA DE 1993 (EM US\$ 1.000).....	21
Tabela 3.1: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM SANTA CATARINA, SEGUNDO ESTABELECIMENTOS E ÁREA.....	24
Tabela 3.2: RELAÇÃO DA ÁREA CULTIVADA E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS/ TRATOR EM SANTA CATARINA - 1975/1985.....	27

Tabela 3.3: QUANTIDADE DE PRODUTO NECESSÁRIO PARA A AQUISIÇÃO DE UM TRATOR (MARCA: MF, MODELO 265,61 CV), SANTA CATARINA 1986-1988..... 28

Tabela 3.4: EVOLUÇÃO NO USO DE TRATORES E MÁQUINAS NO SETOR AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA (1975-1991)..... 29

Tabela 3.5: RELAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NA ATIVIDADE AGRÍCOLA POR NÚMERO DE TRATORES EM SANTA CATARINA - 1975/1992..... 30

Tabela 4.1: ÍNDICES DE ÁREA (HA), PRODUÇÃO (T) E RENDIMENTOS (KG/HA) MÉDIOS POR SAFRA, REAIS, RELATIVOS AOS PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS EM SANTA CATARINA - SAFRAS (1978/79 - 1991/92) - ALHO E ARROZ IRRIGADO. 33

Tabela 4.2: IDEM 4.1 - PARA BATATA E CEBOLA..... 34

Tabela 4.3: IDEM 4.1 PARA FEIJÃO PRETO E MILHO..... 34

Tabela 4.4: IDEM 4.1 PARA SOJA E TOMATE..... 35

Tabela 4.5: ÍNDICE DE PREÇOS MÉDIOS ANUAIS REAIS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES CATARINENSES REFERENTE AO PERÍODO 1984-1995..... 37

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho foi observar o fenômeno do êxodo rural em Santa Catarina, entre os anos de 1975 e 1995. Para tanto, procurou-se investigar aspectos fundamentais da agricultura catarinense relativos aos últimos 20 anos.

No tocante ao movimento migratório do campo para a cidade, observou-se que este é consequência de vários fatores, atuando individual ou concentradamente, seguindo assim o modelo de fenômenos idênticos registrados, neste século, em outros Estados da federação brasileira e em muitos, senão na maioria, dos países do mundo.

Já na introdução do trabalho reafirma-se o aspecto histórico da migração, que poderá fazer com que a América Latina tenha, já ao final do século, 70% de sua população vivendo nas grandes cidades. No capítulo seguinte, através de uma investigação sobre a história da ocupação e situação recente da agricultura, constatou-se a alteração domiciliar profunda, ocorrida em Santa Catarina a partir de 1970, revertendo a anterior predominância da população rural em relação à urbana.

No que se refere ao crédito agrícola, verificou-se a falta de uma política agrícola adequada e de longo prazo, que evitasse o sucateamento da produção agrícola e trouxesse aos pequenos produtores novas esperanças de sobrevivência no meio rural.

No que concerne a mecanização agrícola, averiguou-se movimentos inversos quanto ao número de tratores, veículos e máquinas utilizados na agricultura, de um lado, e a população ativa empregada no campo, do outro. Notou-se, também, que a distribuição desses equipamentos é desuniforme em relação às diferentes regiões, o que denuncia a existência de um relevo diferenciado e sobretudo a existência de diferenças culturais nos diferentes pontos do território catarinense.

Em relação aos preços e rendimentos agrícolas, observou-se crescimentos de produção ligados diretamente ao uso de culturas, insumos modernos e novas tecnologias, significando, na maioria das vezes, queda no nível de emprego no meio rural. No que tange aos preços recebidos pelos produtores, constatou-se que as altas abusivas nos preços de máquinas e insumos agrícolas, resultaram num aumento demasiado dos custos de produção, tornando a atividade agrícola praticamente inviável para pequenos produtores.

CAPÍTULO I
INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1 Problemática Geral

Nos últimos 30 anos, os países da América Latina tem vivenciado um grande crescimento populacional em seus centros urbanos. Projeções demográficas anunciam que até a virada do século, a população urbana poderá chegar ao assustador número de 500 milhões de pessoas, número este que corresponde a quase 70 % da população atual nestes países.

O êxodo rural é determinado por vários fatores interdependentes, não é possível examiná-los isoladamente e depois somar os resultados. Estes fatores poderiam ser divididos em cinco grandes categorias: Físicos, Econômicos, de Conhecimento, Sociais, Políticos e Institucionais. Como uma análise mais profunda em todos estes fatores se estenderia por demais, procurou-se salientar os fatores econômicos e sociais, buscando entender a sua importância dentro do problema.

Dentro dos fatores econômicos, os baixos preços agrícolas são responsáveis por grande parte dos problemas relacionados com a atividade agropecuária. Estatísticas sobre o assunto mostram que a remuneração média dos agricultores é cerca de 2 a 3 vezes menor que a das pessoas que trabalham na indústria ou no comércio. Problemas como o crédito, as oportunidades de emprego e as dívidas acabam sendo somados às antigas frustrações dos pequenos agricultores, levando-os, finalmente, à decisão de tentar uma vida melhor na cidade.

Há trinta anos, aproximadamente 70% da população de Santa Catarina vivia no meio rural. Hoje em dia, somente 30% vive no campo. Segundo Olinger (1991), *“há uma estreita relação entre o crescimento rápido da população, as concentrações urbanas e o êxodo massivo dos campos para as cidades”*. Como as oportunidades de trabalho que os pequenos agricultores buscam nas cidades normalmente não existem, grande parte destes, passam a formar o contingente de desempregados ou sub-empregados no setor informal, o que os coloca à margem do mercado e da condição de cidadania.

A chegada da televisão ao campo fez com que aumentassem ainda mais as insatisfações do homem no campo, a propaganda consumista massiva, simultaneamente que leva para dentro dos lares rurais um estilo de vida que lhes era desconhecido, por vezes, acaba fascinando-os e tornando-se um convite às grandes cidades.

Segundo dados da FIBGE(1995), a taxa de urbanização no estado de Santa Catarina cresceu de 59,38% em 1980 para 70,64% em 1991, confirmando a tendência de urbanização iniciada em 1970, quando, pela primeira vez no Estado, verificou-se que o efetivo populacional urbano tinha ultrapassado o rural. Em 1991, a população urbana cresceu cerca de 49% em relação a 1980, enquanto a rural decresceu aproximadamente 10%.

O problema do êxodo rural em Santa Catarina é um assunto não muito difundido, ainda existem muitas dúvidas em torno desta questão. A mecanização agrícola significou realmente um grande salto na produtividade? Seria ela o grande motivo do abandono das áreas rurais por parte dos pequenos agricultores?. A respeito das transformações no modo de produção agrícola do Brasil, Silva (1981) afirma:

“A pequena produção foi sendo progressivamente engolida pela grande. A propriedade da terra se concentrou, a área das grandes fazendas aumentou. A separação do produtor direto da terra obriga-o a vender a única mercadoria de que continua proprietário - a sua força de trabalho - para poder continuar vivo. Agora ele não mais se assalaria para complementar a renda familiar. Ao contrário, é obrigado a fazê-lo como única forma de garantir a reprodução da família”.

Sobre a mecanização agrícola, Singer (1985), faz o seguinte comentário:

“Assim, se numa determinada área a mecanização da agricultura reduz a sua demanda por mão-de-obra, os desempregados tem que migrar para outra área em busca de meios de vida. Estes desempregados que migram são, em sua grande maioria, ex-assalariados, diaristas, peões, isto é, constituem um grupo que não possui direitos de propriedade sobre o solo”.

Neste contexto, pode-se entender o porquê dos proprietários de maior porte não serem forçados a migrar. Com a mecanização deverá ocorrer um aumento de produtividade e uma baixa dos preços, destruindo os pequenos estabelecimentos que não tem condições de baixar os seus custos de maneira a acompanhar os grandes produtores.

O governo também tem grande parte das responsabilidades sobre essa fuga do campo. Sobre o assunto, Olinger (1991), afirma:

“As políticas governamentais que apoiam o desenvolvimento das grandes empresas agropecuárias e industriais, com ênfase na produção para a exportação, e o desprezo com que as mesmas políticas têm tratado os pequenos agricultores também têm contribuído para o aumento do desemprego no campo, fazendo com que diminua a produção relativa dos alimentos básicos essenciais ao abastecimento interno da região”.

Além destas políticas de apoio às grandes empresas, o governo falha com os pequenos agricultores de muitas outras maneiras. Seria de grande ajuda, que o governo adotasse programas com o objetivo de difundir práticas regenerativas do solo, recuperando a fertilidade perdida em decorrência do uso contínuo e impróprio dos métodos de cultivo, afim de incentivar o já desesperançoso colono.

O êxodo rural tem muitas implicações sócio-econômicas, tais como a marginalização nas grandes cidades; aumento das favelas, sem contar o drama da população rural que, vivendo uma situação de miséria, se vê inclinada a buscar uma vida melhor, com maiores oportunidades, na cidade. Na maioria das vezes esta ilusão é quebrada em muito pouco tempo, aos primeiros sinais de fome, cansaço, frio, e tantas outras necessidades, estas pessoas já pressentem a dificuldade por que vão passar. Sobre esta dura realidade da busca de uma vida melhor, Guimarães (1979), escreve que:

“A mobilidade horizontal das populações - de uma para outra localidade, dentro da área rural, entre a área rural e a área urbana, dentro ou fora das fronteiras políticas nacionais - é um fato histórico e social comum a todas as nações e a todos os tempos, desde as eras mais remotas. Tem sido determinada por movimentos de repulsão, quando a miséria rural, as calamidades climáticas, como as secas ou as inundações, forçam grandes massas da população a abandonarem os lugares onde vivem. Pode também ser causada por movimentos de atração quando os centros mais populosos e mais adiantados oferecem oportunidade de trabalho que asseguram melhores condições de vida”.

A criação de oportunidades para os pequenos agricultores é o primeiro passo para que se consiga chegar a um começo, criar condições de competitividade com os demais produtores e também condições de uma vida digna, evitando a procura por uma vida melhor nas cidades é um grande passo a ser dado na direção do equilíbrio social.

Este estudo visa analisar determinadas questões relativas ao êxodo rural em Santa Catarina nos últimos vinte anos, buscando retratar a situação

desta população, suas dificuldades, suas realizações, enfim, algumas das causas e consequências desta situação.

1.2 OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar algumas causas econômicas importantes do êxodo rural em Santa Catarina, nos últimos 20 anos.

Objetivos Específicos:

- a) Realizar um breve estudo, investigando aspectos históricos da ocupação geográfico-econômica de Santa Catarina, suas principais culturas agrícolas e sua conseqüente evolução até períodos mais recentes.
- b) Explorar o problema da mecanização agrícola, investigando os níveis de emprego na área rural, buscando um paralelo entre a mecanização e o êxodo.
- c) Analisar o problema dos preços e rendimentos agrícolas e da conseqüente baixa remuneração dos agricultores.

1.3 METODOLOGIA

Neste trabalho serão utilizados dados secundários. Estes serão obtidos nas publicações da Fundação IBGE, especialmente os Censos Agropecuários e Demográficos e na literatura apropriada. A partir destes dados serão construídas tabelas, gráficos, etc.

O método de investigação utilizado será o analítico dedutivo, procurando examinar detidamente os componentes do assunto para, a partir da análise dos elementos colhidos, chegar-se a conclusões que permitam a compreensão das relações de causa e efeito, partindo de conclusões geradas a partir de regras de comportamento mais gerais.

Também serão utilizados dados estatísticos e informações do Instituto CEPA/SC (Instituto de planejamento e economia agrícola de Santa Catarina), órgão especializado em pesquisas sobre a agricultura catarinense.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Definida a problemática e os objetivos, este trabalho compõem-se de mais quatro capítulos, estruturados como se segue:

O capítulo II aborda um breve estudo histórico sobre a ocupação de Santa Catarina e também a evolução de suas principais culturas agrícolas.

O capítulo seguinte apresenta o problema da mecanização agrícola, estudando uma possível ligação da mesma com o problema do emprego no meio rural.

O quarto capítulo analisa a evolução de preços e rendimentos dos principais produtos agrícolas cultivados em Santa Catarina e, conseqüentemente, observa a baixa remuneração dos pequenos produtores.

Finalmente, o Capítulo V apresenta as conclusões chegadas com a estruturação do presente trabalho e algumas recomendações.

CAPÍTULO II

RÁPIDA HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO E SITUAÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA CATARINENSE.

2. RÁPIDA HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO E SITUAÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA CATARINENSE.

A história do povoamento brasileiro, como ademais do território que constitui hoje o estado de Santa Catarina, tem origem na colonização portuguesa, tendo sido fortemente influenciada pelo “modelo de povoamento” peculiar aos nossos descobridores.

Nos meados do século XVII, começam a se estabelecer na costa catarinense os primeiros contingentes de portugueses vindos de Açores, com uma estrutura familiar centrada na figura do “pai de família” e voltados para a agricultura, a pesca artesanal e industrial e o artesanato.

A partir de 1830 começam a chegar a Santa Catarina grupos europeus de outras etnias, entre as quais, pela sua importância, se destacam os alemães, italianos, ucranianos, austríacos e, posteriormente, japoneses.

Esses novos grupos, atraídos pelo “paraíso” que lhes era oferecido pelas empresas de terra e colonização, que proliferaram, tanto aqui como na Europa, vinha já com a promessa de propriedade que lhes era reservada, geralmente em glebas formando nichos de colonização, que traziam na bagagem não apenas o sonho de realização e prosperidade, mas sobretudo uma força extraordinária para vencer os obstáculos e contratempos que se antepuseram aos seus projetos, e enriqueceram a paisagem com novos modelos de colonização que seriam, no futuro, as bases daquilo que hoje chamamos de “modelo catarinense de desenvolvimento”.

Essa nova situação influenciaria, de forma definitiva, o tipo de ocupação, com predominância de minifúndios, a paisagem característica de cada grupo, representada principalmente pelo casario e por sua cultura e tradições, e ainda os fortes traços sócio-culturais que se evidenciaram na educação, na saúde, na religião e na inventividade que iria permitir o início de um processo de industrialização.

Nas vilas, povoados e cidades, que se tornavam cada vez mais densas devido a novos ingressos de imigrantes e em razão do crescimento vegetativo, desenvolviam-se atividades manufatureiras e comerciais. Lago (1978), observou a este respeito que a relação entre estas atividades e a manutenção do padrão familiar relativamente extenso se tornou, como nas áreas rurais, muito fortalecidas. O trabalho continuou exercendo forte vínculo com a estabilidade da família, centrada no chefe e na dona-de-casa.

À medida que esses grupos se desenvolveram, por um crescimento que seria reforçado, bem mais tarde, por forte imigração de colonos gaúchos

oriundos também de colonização européia, desenvolvia-se também a incipiente atividade manufatureira e comercial, e começaram a surgir os núcleos populacionais que se transformariam, depois, em povoados e cidades.

Pesquisadores, como Paulo Fernando Lago, têm ressaltado, em suas obras, a importância das chamadas “indústrias de fundo de quintal”, onde trabalhavam não apenas o chefe de família mas até mesmo mulheres e crianças. Gradativamente foi se observando o fenômeno da especialização de funções e a necessidade de contratação de mão-de-obra estranha ao círculo familiar, fenômeno que, de certa forma, coincidia com a crescente densidade populacional na zona rural, que encontrava assim um escoadouro natural para o excesso de mão-de-obra.

A partir do povoamento e das grandes correntes migratórias que aqui se estabeleceram, foi se desenhando no espaço físico do nosso território um novo mapa: o da ocupação espacial, priorizando não apenas os diferentes grupos étnicos mas também e sobretudo o potencial natural de cada região.

Assim é que, enquanto os colonizadores portugueses vindos diretamente da Europa ocuparam o litoral, os alemães exploravam os vales do Itajaí e do Rio do Peixe, e ainda o litoral norte do Estado; os italianos ocupavam e desbravavam a região colonial sul e os vales ao longo do rio Uruguai; os portugueses “paulistas” desenvolveram o planalto central de Lages; os ucranianos ocupavam o planalto norte; os austríacos se localizaram na região de São Bento do Sul e Rio Negrinho. No início deste século, os colonizadores gaúchos descendentes de imigrantes europeus se estabeleceram no oeste catarinense e, em anos mais recentes, os japoneses criaram núcleos no litoral e na serra.

Em consequência da ocupação espacial, deu-se o mapeamento das potencialidades e da vocação natural de cada região, o que permitiria às autoridades um primeiro zoneamento por meso e microrregiões. Assim, enquanto os alemães desenvolviam a indústria têxtil no Vale do Itajaí e a metal-mecânica no litoral norte e Vale do Rio do Peixe, os italianos cuidavam de implantar o cultivo do arroz e da uva, com a consequente indústria vinícola, nas regiões que ocuparam. Os austríacos desenvolveram a indústria moveleira, enquanto os ucranianos dedicavam-se mais diretamente à agricultura de subsistência, mais modernamente especializada na produção de sementes. Já os portugueses do planalto dedicaram-se à criação de gado e exploração da madeira, enquanto os do litoral desenvolveram a pesca e a subsequente indústria pesqueira. Os colonizadores gaúchos desenvolveram a agricultura e a agroindústria no oeste catarinense.

Tal divisão territorial e geográfica derivou segundo o Instituto CEPA/SC (1993), modernamente, para uma seleção de apenas seis mesorregiões (figura 2.1), a saber:

OESTE CATARINENSE: englobando as Microrregiões de São Miguel do Oeste, Chapecó, Xanxerê, Joaçaba e Concórdia;

NORTE CATARINENSE; que abrange as Microrregiões de Canoinhas, São Bento do Sul e Joinville;

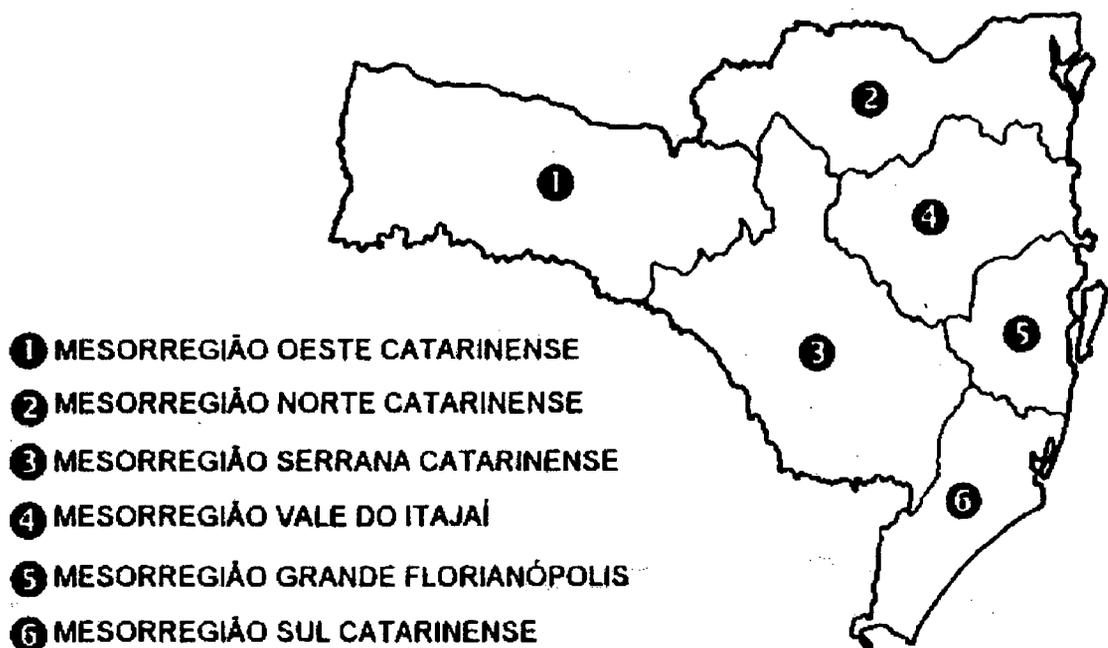
SERRANA CATARINENSE: formada pelas Microrregiões de Curitibanos e Campos de Lages;

VALE DO ITAJAÍ: composta pelas Microrregiões de Rio do Sul, Blumenau, Itajaí e Ituporanga;

GRANDE FLORIANÓPOLIS: englobando as Microrregiões de Tijucas, Florianópolis e Tabuleiro;

SUL CATARINENSE: que agrupa as Microrregiões de Tubarão, Criciúma e Araranguá.

Figura 2.1: MAPA DE SANTA CATARINA (MESORREGIÕES).



Fonte: Instituto CEPA/SC (1994)

No plano agrícola, a moderna divisão também privilegia a tendência vocacional de cada área. Assim, as primeiras experiências agrícolas cederam lugar, mais recentemente, segundo informações do Instituto CEPA/SC (1994), à produção de:

No Oeste - soja, milho, trigo;

No Norte - batata, fumo, milho;

Na Serra - alho, soja, feijão;

No Vale do Itajaí - cebola, fumo, arroz;

Na Grande Florianópolis - tomate, cebola, fumo;

No Sul Catarinense - arroz, fumo, mandioca.

Analisando a evolução da estrutura fundiária desde 1940, observou-se que não ocorreram grandes alterações até meados da década de 70. A área das propriedades com mais de 1.000 ha. que vinha se reduzindo desde 1920, voltou a crescer a partir de 1975.

No tocante a evolução da população residente nas mesorregiões catarinenses, pode-se constatar uma tendência de crescimento populacional registrada em todas as mesorregiões, com exceção da mesorregião Serrana, no período entre 1970 e 1991. Observa-se melhor este fenômeno através da tabela 2.1.

Segundo o Instituto CEPA/SC (1979), observou-se que 70,45% dos imóveis rurais ocupando 23,75% da área total possuíam menos de 20 ha., confirmando assim o grande predomínio da pequena sobre a grande propriedade. Neste período, as propriedades com menos de 50 ha. eram responsáveis por volta de 82% da produção total estadual. Com base nas classificações previstas na lei número 4.504, o minifúndio representava em torno de 83,22% dos imóveis rurais e 37,38% da área total produzida. Entre os anos de 1960 e 1970 observou-se uma pequena diminuição relativa da população rural. Enquanto a população urbana cresceu a uma taxa média anual de 5,5%, a população rural cresceu apenas 1,3%, fazendo-nos observar que o êxodo rural começava a apresentar seus primeiros sinais.

Tabela 2.1: POPULAÇÃO RESIDENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MESORREGIÃO.

<i>MESORREGIÃO</i>	<i>ANOS</i>		
	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1991</i>
<i>Oeste</i>	730.800	918.153	1.051.083
<i>Norte</i>	426.653	615.014	838.211
<i>Serrana</i>	408.297	430.120	375.121
<i>Sul</i>	496.785	558.887	714.694
<i>Grande Florianópolis</i>	267.985	391.051	619.265
<i>Vale do Itajaí</i>	571.214	715.067	943.620

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos SC. (1973, 1982, 1991)

Assim, embora a densificação da população rural fosse muito consistente, não conseguiu evitar o crescente deslocamento de contingentes que buscaram diferenciadas oportunidades de trabalho nos espaços urbanos.

Porém, é a partir de 1970 que a alteração domiciliar se mostra mais profunda, começando um processo de reversão da antiga predominância da população rural em relação à urbana. em 1970, mais de 55% dos catarinenses ainda residiam em áreas rurais. Já em 1980 a população residente em áreas rurais se viu reduzida para cerca de 40%, como pode-se observar na tabela 2.2:

Tabela 2.2: POPULAÇÃO RESIDENTE NO ESTADO DE SANTA CATARINA -1970/1991.

<i>ANOS</i>	<i>POPULAÇÃO RESIDENTE NO ESTADO</i>		
	<i>TOTAL</i>	<i>URBANA</i>	<i>RURAL</i>
<i>1970</i>	2.901.734	1.246.043	1.655.691
<i>1980</i>	3.628.292	2.154.250	1.474.042
<i>1991</i>	4.541.994	3.208.537	1.333.457

Fonte: FIBGE -Censos Demográficos SC. (1973,1982,1991)

Segundo o projeto Viva o Campo(1995) do governo do estado de Santa Catarina, o setor primário representa hoje 18% do produto total do Estado (PIB estadual) e é responsável por cerca de 4,3% da produção agrícola

nacional. A estrutura fundiária catarinense ainda é uma das menos concentradas do País. Em 1985, dos 235 mil estabelecimentos rurais existentes no Estado, cerca de 77,8% eram explorados pelos próprios proprietários, significando terras cultivadas basicamente pela mão-de-obra familiar.

2.1 ALGUNS ASPECTOS DA POLÍTICA DE CRÉDITO AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA.

Segundo o Instituto CEPA/SC (1977), haviam três principais prioridades para os recursos destinados pelo PESAC/77 (Plano Estadual de Aplicação de Crédito Rural) no Estado:

- Insumos modernos;
- Mecanização agrícola;
- Produção de sementes.

Estas atividades eram de extrema importância para o aumento da produtividade agrícola, obedecendo a linha de ação da política agrícola do Estado.

As principais prioridades em relação ao crédito rural nos anos seguintes continuaram basicamente as mesmas, podendo, porém, destacar alguns programas paralelos para produtores de baixa renda, como por exemplo o Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais de Baixa Renda de Santa Catarina (Gomes,1980), programa que procurava fazer frente as imensas dificuldades encontradas pelo pequeno produtor tanto na compra de insumos quanto na comercialização dos chamados “produtos coloniais”. O programa tinha por meta atingir cerca de 90.000 “produtores agrícolas proprietários e/ou pescadores artesanais”, e pretendia atingir seus objetivos ao longo de cinco anos (1980-1985).

Outros aspectos relevantes neste programa, dizem respeito às suas ações em assegurar e regular o abastecimento urbano-industrial e diminuir o êxodo rural.

Em Santa Catarina, no tocante aos recursos oriundos da União, o Instituto CEPA/SC (1982) afirma que grande parte dos agricultores parece não conseguir acesso às políticas de incentivos econômicos do Governo Federal, os poucos que delas se favorecem tendem a se apropriar dos

excedentes agrícolas dos pequenos produtores, o que implica, em muitas vezes, na incapacidade de capitalização dos pequenos produtores.

Analisando comparativamente as séries históricas de preços de produtos e insumos agrícolas, Della Giustina (1979) verifica que os preços dos produtos agrícolas afastam-se cada vez mais dos valores de compra dos insumos, resultando em custos de produção de produtos agrícolas cada vez mais elevados.

Segundo o Instituto CEPA/SC (1985), *“é fácil verificar que a evolução dos custos de produção sofreu expansão nas primeiras etapas do processo crítico que vem assolando a vida deste país”*, referindo-se aos altos custos dos insumos relacionados às retiradas diversas dos subsídios embutidos no crédito rural.

Em relação aos “preços mínimos”, muitos produtores reclamam que o preço que recebem pelos produtos muitas vezes é bem inferior àquele dito como “mínimo”, uma vez que vem acompanhado de vários descontos tais como umidade, impurezas, etc. O acesso de pequenos produtores aos benefícios da política de preços mínimos fica limitado apenas àqueles filiados às cooperativas, somente assim conseguindo usufruir das vantagens do instrumento.

Com relação a financiamentos, em 1975, segundo Della Giustina (1979), *“o número de contratos aumentou, (em relação a 1974), em cerca de 102%, enquanto o valor total dos mesmos cresceu em 70%, o que equivale a uma redução de cerca de 16% no valor médio do contrato”*. Já em 1976 o valor médio por contrato cresceu em 11%.

Devido a condições climáticas adversas (seca), amenizadas no início de 1986, juntamente com a insatisfação dos produtores, uma vez que as medidas de crédito tomadas pelo Governo como a *“não execução de dívidas assumidas em bancos oficiais e particulares, referentes ao custeio agrícola e desburocratização para o recebimento do PROAGRO”*, Instituto CEPA/SC (1987), fez com que os três Estados da região sul, representados por seus governantes e lideranças rurais, levassem às autoridades federais reivindicações em favor da agricultura catarinense, situação que acabou não conseguindo a resposta esperada em função do Plano de Estabilização Econômica (Plano Cruzado).

Em relação ao setor agrícola, o plano objetivava expandir a oferta interna de alimentos e tornar o abastecimento estável. Esperava-se um crescimento médio do setor agropecuário em torno de 5% no período 1986/1989. Esta nova política agrícola foi anunciada em agosto de 1986 através do “Plano de Metas: Política Agrícola”- o “pacote agrícola”.

Depois de atravessar o ano de 1987, considerado o ano em que o preço real de muitos produtos foi o pior dos últimos anos, observou-se uma recuperação no preço de vários produtos.

Por falta de um bom planejamento, o Governo precisou implementar novas medidas que procuraram disciplinar as interferências oficiais na comercialização de alguns produtos como arroz, feijão e milho, buscando corrigir antigas falhas cometidas no que diz respeito à intervenções na comercialização destes produtos.

Com a promulgação da nova constituição brasileira, a política agrícola teve seu destaque: ficou estabelecido no Parágrafo 2 do Artigo 187, que seriam compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

O que ficou estabelecido foi que a política agrícola, antes atribuída apenas ao poder executivo, passaria a ser definida pelo legislativo, com participação de alguns segmentos que compõem o setor primário, ou seja, os produtores e trabalhadores rurais poderiam “*influir de maneira mais efetiva na implementação da política agrícola*” Instituto CEPA/SC (1989).

O Plano Brasil Novo se tornou o ponto mais marcante da política agrícola no período 1990-1991. A pequena propriedade é sempre destacada em trabalhos sobre a agricultura catarinense, porém, num plano como este, fica difícil estabelecer normas para cada estrutura de propriedade, fator que acarretou uma situação de desvantagem para os pequenos produtores em vários aspectos, por exemplo no caso das alterações introduzidas no imposto de renda da atividade agrícola, aumentando a alíquota de 6% para 25% (pessoa jurídica).

Segundo o Instituto CEPA/SC (1991), o pacote agrícola para a safra 1990-1991 não trouxe grandes mudanças em relação aos anos anteriores no que tange ao crédito agrícola. Neste ano, porém, nota-se uma política macroeconômica voltada para a internacionalização da economia brasileira.

A safra de 1991-1992, quanto aos aspectos relacionados à política federal para o setor, teve influência reduzida nas intenções de plantio, devido ao atraso em sua versão definitiva e também pela “*falta de concretização de medidas como crédito em momento oportuno, preços mínimos em tempo hábil,...*” Instituto CEPA/SC (1993). A política agrícola em 1993 não trouxe inovações importantes.

O processo inflacionário e a concentração de renda continuaram inibindo a expansão do mercado interno e contribuindo para que grande parte da população continuasse consumindo abaixo de suas necessidades, sendo este um dos principais entraves à expansão da produção de alimentos.

No último ano, o Governo de Santa Catarina lançou o Projeto Viva o Campo (1995), assumindo a falta de uma política agrícola adequada e de longo prazo e definindo o crédito rural como um poderoso instrumento da política agrícola, sem o qual resulta o sucateamento da produção agrícola, tornando o pequeno produtor cada vez mais pobre e conseqüentemente expulsando-o do campo. O projeto trouxe uma opção preferencial pelo investimento na reestruturação da propriedade, atendimento ao mini e pequenos produtores com crédito rural em condições adequadas, na época oportuna e em volume suficiente.

Em 1995, segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da Agricultura (1996), foram beneficiados com o crédito rural 2.044 produtores, sendo que o valor das subvenções econômicas concedidas, segundo dados informados pelo atual governo, ultrapassou os R\$ 500.000,00.

2.2 EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA CATARINENSE.

Observar-se-á, neste item, a evolução da agricultura catarinense entre os anos de 1975 e 1995, destacando-se os produtos e produções que obtiveram maiores crescimentos ao longo do período analisado, assim como as produções que, por diversos motivos, apresentaram retrações.

Em 1976, dos 9,5 milhões de hectares de terras existentes no Estado, eram cultivados 1,7 milhões de hectares, em torno de 11% de sua superfície. O Estado ocupava a quinta posição como produtor nacional de alimentos segundo dados do Instituto CEPA/SC (1976). A estrutura das propriedades rurais, basicamente composta por pequenas propriedades, caracteriza-se pela predominância do minifúndio.

Neste mesmo ano, verificava-se o decréscimo relativo da população economicamente ativa do setor primário em relação aos outros setores, porém, ainda neste período, mesmo com a existência do êxodo, *“cerca de 50% dessa população ainda vive dependendo da agricultura”* Instituto CEPA/SC (1976).

A participação da economia catarinense na geração da renda interna do Brasil e da região Sul em 1982 era de 3,69% e 20,28% respectivamente. Segundo dados do Instituto CEPA/SC (1982), o setor primário catarinense nesta época representava cerca de 6% da renda interna brasileira.

Em relação à população, ao compararmos dados recenseados da população estadual em 1980 e 1970, observa-se um crescimento populacional total de 2,261% ao ano. Porém ao analisarmos separadamente a população urbana e rural vemos que enquanto a primeira cresceu a uma taxa de 5,628%, a segunda decresceu a uma taxa de 1,154% ao ano, como podemos acompanhar na tabela 2.3:

Tabela 2.3: TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL DE SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA, CONFORME DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970 E 1980. (%)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	URBANA	RURAL	TOTAL
<i>Colonial de Joinville</i>	6,873	-2,362	4,782
<i>Litoral de Itajaí</i>	5,369	-2,044	3,511
<i>Colonial de Blumenau</i>	5,470	-2,414	2,642
<i>Colonial de Itajaí do Norte</i>	7,199	-1,607	0,631
<i>Colonial do Alto Itajaí</i>	4,527	-1,323	0,770
<i>Florianópolis</i>	5,999	-2,600	3,845
<i>Colonial Serrana Catarinense</i>	2,826	-1,396	-0,398
<i>Litoral de Laguna</i>	4,063	-2,228	0,890
<i>Carbonífera</i>	4,439	-2,843	1,455
<i>Litoral Sul Catarinense</i>	8,264	-3,123	1,413
<i>Colonial do Sul Catarinense</i>	4,527	-1,221	0,139
<i>Campos de Lages</i>	3,279	-2,584	1,121
<i>Campos de Curitibanos</i>	4,254	-2,030	0,010
<i>Colonial do Rio do Peixe</i>	4,472	-0,321	1,409
<i>Colonial do Oeste Catarinense</i>	8,960	0,827	2,862
<i>Planalto de Canoinhas</i>	6,138	-1,038	2,417
SANTA CATARINA	5,628	-1,154	2,261

Fonte: Instituto CEPA/SC (1982).

Tabela 2.4: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO, SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1974/75 À 1980/81.

PRODUTOS	SAFRAS						
	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
LAVOURA	<u>44,29</u>	<u>45,75</u>	<u>45,19</u>	<u>42,40</u>	<u>40,24</u>	<u>45,95</u>	<u>46,00</u>
Alho						0,24	0,23
Arroz em casca	5,54	4,06	3,38	3,98	3,40	4,26	2,87
Batatinha	1,74	2,15	1,58	1,89	1,30	2,25	1,74
Cana-de-açúcar	0,80	0,79	0,81	0,74	0,65	0,69	0,49
Cebola					1,41	1,85	1,05
Feijão	2,94	2,82	3,84	3,04	3,49	3,74	7,72
Fumo em folha	4,50	4,95	7,43	9,66	8,64	4,12	3,36
Raiz de mandioca	3,33	6,15	5,04	3,08	2,03	2,57	2,90
Milho em grão	18,70	18,58	15,83	14,37	13,24	19,26	19,89
Soja	5,79	5,08	6,58	5,06	5,53	6,23	5,02
Tomate	0,47	0,73	0,42	0,52	0,51	0,59	0,66
Trigo	0,48	0,44	0,28	0,06	0,04	0,15	0,07
FRUTAS	<u>1,08</u>	<u>1,36</u>	<u>1,43</u>	<u>1,66</u>	<u>1,67</u>	<u>1,42</u>	<u>1,89</u>
Ameixa	0,003	0,01	0,02	0,02	0,01	0,002	0,004
Banana	0,92	1,03	0,97	1,27	1,21	1,020	1,33
Maçã	0,11	0,23	0,33	0,27	0,38	0,351	0,50
Nectarina	0,02	0,03	0,05	0,02	0,02	0,009	0,001
Pêssego	0,02	0,03	0,04	0,06	0,03	0,020	0,02
Uva vinífera	0,01	0,03	0,02	0,02	0,02	0,18	0,03
PECUÁRIA	<u>31,21</u>	<u>30,74</u>	<u>35,89</u>	<u>41,08</u>	<u>44,56</u>	<u>41,00</u>	<u>39,90</u>
Aves	5,21	5,87	7,42	10,20	11,13	11,97	13,33
Bovinos	4,62	4,31	3,76	4,99	6,07	6,36	4,64
Leite	5,94	5,70	6,45	6,43	6,02	5,73	7,92
Suínos	15,14	14,59	17,99	19,15	21,01	16,34	13,35
Mel de abelha	0,30	0,27	0,27	0,31	0,33	0,30	0,35
Ovos						0,30	0,31
PESCADO	<u>1,93</u>	<u>1,78</u>	<u>2,09</u>	<u>2,70</u>	<u>2,48</u>	<u>2,00</u>	<u>1,13</u>
Peixe	1,08	0,89	1,18	1,49	1,61	1,26	0,74
Crustáceos	0,82	0,88	0,90	1,20	0,74	0,63	0,38
Moluscos/outros	0,03	0,01	0,01	0,01	0,13	0,11	0,01
EXTRATIVA VEG.	<u>21,49</u>	<u>20,37</u>	<u>15,40</u>	<u>12,16</u>	<u>11,05</u>	<u>9,63</u>	<u>11,08</u>
Madeira em tora	18,52	17,43	12,61	9,30	8,34	7,47	8,95
Carvão vegetal	0,07	0,08	0,14	0,18	0,15	0,10	0,08
Lenha	2,90	2,86	2,65	2,68	2,56	2,06	2,05

Fonte: Instituto CEPA/SC (1982).

Falar-se-á agora sobre a evolução da agricultura propriamente dita, segundo dados do Instituto CEPA/SC (1982). Nos anos entre 1974 e 1981, o milho foi o principal produto, com uma incomparável participação percentual no valor bruto da produção em Santa Catarina. Outro produto que merece destaque por manter seu percentual praticamente constante ao longo dos anos e crescer bruscamente na safra 80/81 foi o feijão. Pode-se também acompanhar o desempenho dos outros principais produtos agrícolas e suas

participações percentuais no valor bruto da produção em Santa Catarina - safras 1974/75 a 1980/81, através da tabela 2.4.

Segundo dados do Instituto CEPA/SC (1983), notou-se uma evolução muito grande na produção de determinados produtos como o alho e a maçã. O alho nos anos entre 1978/83 cresceu sua produção em nove vezes. Já a maçã neste mesmo período teve sua área de produção aumentada em cerca de 137% e sua produção aumentou seis vezes. Estes crescimentos devem-se a inúmeros fatores que incentivaram os produtores ao plantio, entre eles podemos citar a existência de crédito para estes produtos, preços compensadores, incentivos fiscais, fazendo com que mesmo os pequenos produtores se tornassem eficientes, conseguindo, mesmo com pouca área, produzir altas rendas, devido à sua alta densidade econômica.

Com relação ao trigo, devido às frustrações freqüentes das safras, os produtores abandonaram o seu cultivo de tal forma que a safra de 1981/82 teve sua área de cultivo 86,8% inferior à cultivada em 1975/76, CEPA (1983); neste momento, mesmo sabendo que a produção é em função da área plantada e da tecnologia utilizada, as modificações na tecnologia provocaram resultados menos significativos que os problemas causados pelas alterações na área cultivada ou ainda os problemas climáticos. A safra de 1981/82 apresentou, num balanço final, perdas de produção.

O contexto econômico da safra de 1984/85 era positivo, a economia sofria uma leve expansão, talvez melhor justificada pelo bom desempenho das exportações. Contudo, a contribuição da agricultura, apesar das precedentes safras onde se alternaram preços declinantes e distúrbios climáticos prejudiciais, não pôde ser considerada desprezível. A crise que vinha assolando a agricultura acabou incentivando os agricultores a aumentar sua eficiência como tentativa de uma recuperação. Com as safras anteriores decepcionantes, a pequena expansão da produção não acompanhou o crescimento vegetativo da população, "tornando a oferta menor que a procura", Instituto CEPA/SC (1985). Assim, a junção entre os preços dos produtos da safra anterior com os custos da produção da safra atual tenderam a investimentos produtivos, em especial no cultivo da soja, por parte do agricultor.

Relativamente à safra de 1986/87, a primeira após o "plano cruzado" e o "pacote agrícola", observou-se dificuldades e contratemplos para os agricultores, que dentre inúmeros contratemplos, tem no crédito insuficiente seu principal problema. Porém, como resultado, a maioria dos produtos teve sua área aumentada, destacando-se produtos como a cebola, o alho e o milho, que haviam apresentado bons resultados nas safras passadas e apresentavam preços mínimos vantajosos.

Em agosto de 1988, as autoridades federais divulgaram os preços mínimos para a safra 88/89 e também os valores básicos de custeio (VBC). Alguns produtos receberam tratamentos especiais: o milho, o feijão e o arroz irrigado foram estimulados com um aumento real de preço em relação ao período anterior, enquanto outros produtos, como a soja, não o foram, Instituto CEPA/SC (1989).

A safra de 1990/91 veio acompanhada de um “pacote agrícola” anunciado pelo Governo que não trouxe nenhuma grande novidade, pelo menos no tocante ao crédito, cujos valores não passavam de orçamento (não há garantias).

Depois de dez anos de preços uniformes, reintroduziu-se a “regionalização dos preços mínimos”, Instituto CEPA/SC (1991), buscando uma redução do preço do frete para o arroz, o milho e a soja. Neste momento a regionalização é um dos aspectos mais importantes, principalmente para a política financeira do Governo. Nas duas décadas anteriores, Santa Catarina, comparativamente com outros Estados, apresentou um crescimento econômico “excepcional”, isto em decorrência dos aspectos da política econômica nacional e também do grande crescimento dos complexos agro-industriais instalados no Estado. Com essas novas diretrizes acentuando os aspectos da regionalização, observou-se um “sinal de alerta”, ficando comprometidos a produção de subsistência (base da pequena propriedade) e o crescimento agro-industrial.

A expansão significativa encontrada na safra 1991/92, com colheita recorde para a maioria dos produtos e ainda uma super oferta para outros, não significou aumento expressivo na renda dos produtores, pelo fato de que a super oferta gerou uma queda real dos preços da maioria dos produtos agropecuários.

Segundo dados do Instituto CEPA/SC (1993), os produtos que tiveram maior crescimento da produção foram: milho (114,03%), feijão (87,55%) e a soja (47,25%). Já entre os que apresentaram retração, encontram-se o tomate (-2,01%) e o trigo (-0,02%).

A produção agrícola estadual de 1993 foi ligeiramente superior à anterior, com um aumento de 2,7% na produção agrícola Instituto CEPA/SC (1994). Entre os produtos agrícolas, tiveram sua produção reduzida a cebola (-25,32%), feijão (-20,75%) e o arroz (-13,17%). Por outro lado, o tomate (35,27%), a maçã (25%) e a soja (18,47), apresentaram aumentos significativos.

A participação do setor primário no PIB estadual foi de 17,79%. Devido à boa performance da economia brasileira, reanimou-se o mercado

agrícola e a recuperação dos preços da produção levou ao aumento das vendas de máquinas e fertilizantes. Observou-se também uma queda na inadimplência junto aos bancos. Podemos avaliar a participação dos principais produtos agrícolas na tabela 2.5, onde temos o valor bruto da produção dos principais produtos de Santa Catarina em 1993:

Tabela 2.5: VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE SANTA CATARINA - SAFRA DE 1993 (EM US\$ 1.000):

PRODUTO	SAFRA 1993 (SC)
Alho	39.586
Arroz	86.625
Batata	28.563
Cebola	43.951
Feijão	111.099
Milho	324.233
Soja	73.099
Tomate	14.719

Fonte: Instituto CEPA/SC (1994).

Verificou-se, ao final deste item, que o crescimento de determinadas culturas, é, normalmente, relacionado à fatores como: existência de crédito, preços compensatórios, incentivos fiscais, entre outros; enquanto as quedas de produção estão ligadas, frequentemente, a inúmeros problemas, tais como: variações climáticas, falta de incentivos e crédito insuficiente.

CAPÍTULO III
A MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA

3. A MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA.

Este capítulo tratará do problema da mecanização agrícola no Estado. Inicialmente, analisando a evolução da estrutura fundiária em Santa Catarina para, posteriormente, observar a evolução no uso de tratores e máquinas agrícolas paralelamente à evolução da população ocupada no meio rural.

Em meados da década de 70, o estado catarinense, apesar das limitações de sua estrutura fundiária, de sua acidentada topografia e de sua limitada extensão territorial, já destacava-se como um dos primeiros produtores de alimentos do país, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, também os níveis de produtividade ocupavam lugar de destaque, devido ao trabalho, à dedicação e à adoção de melhores tecnologias pelo produtor rural catarinense.

No tocante a estrutura fundiária do Estado, segundo o Censo Agropecuário de Santa Catarina - 1985 (IBGE,1991), entre os anos de 1975 e 1985 houve um aumento no número de estabelecimentos em torno de 14%, pode-se observar a predominância de estabelecimentos individuais, onde o proprietário é o responsável. Em relação a área total cultivada no Estado, observa-se neste mesmo período um aumento de cerca de 8% no total da área cultivada, em sua grande maioria (84%) áreas individuais e administradas pelo próprio proprietário (73%). Através da tabela 3.1, constata-se, em relação à evolução da estrutura fundiária no Estado, um grande crescimento no número de estabelecimentos com áreas com menos de 10 ha. (cerca de 31,5%) e também nos de área entre 10 e 20 ha. (15,85%). No que tange a área total cultivada, temos um crescimento significativo nas áreas com menos de 10 ha. (30,33%), outro crescimento também pode ser notado nas áreas entre 10 e 20 ha. (15,84%). Dentre os estabelecimentos de maior porte, merecem destaque aqueles com área entre 500 e 1.000 ha. pois apresentaram um crescimento de 20,79%. Com relação as grandes áreas cultivadas, aquelas entre 500 e 1.000 ha. apresentaram um crescimento mais significativo, 21,91%.

O serviço de Extensão Rural, em 1982, vinha concentrando sua ação *“na busca e difusão de tecnologias apropriadas capazes de viabilizar-se economicamente a propriedade rural”* (EMATER/ACARESC, 1982), no caso catarinense, àquela movida pela força de trabalho familiar.

Em Santa Catarina, a questão agrária, embora menos profunda que na maioria dos outros Estados, tem provocado problemas no contexto social, econômico e político do Estado. No tocante às oportunidades de trabalho (emprego), movimentos migratórios e distribuição de renda, o Estado

apresentou algumas distorções no período entre 1970 e 1980. Além do decréscimo na população rural, a inversão na distribuição espacial (e ocupacional) da população catarinense que passou a ser predominantemente urbana, gerou uma conseqüente escassez de empregos nas cidades.

Tabela 3.1: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM SANTA CATARINA, SEGUNDO ESTABELECIMENTOS E ÁREA.

	<i>1975</i>	<i>1980</i>	<i>1985</i>
TOTAL ESTABELECIMENTOS	206.505	216.159	234.973
Estabelecimentos com menos de 10 ha.	69.921	75.724	91.883
10 ----- 20 ha	55.203	58.943	63.950
20 ----- 50 ha	58.035	57.588	56.245
50 ----- 100 ha	14.693	14.257	13.341
100 ----- 200 ha	4.779	4.946	4.897
200 ----- 500 ha	2.559	2.901	2.959
500 ----- 1.000 ha	832	1.009	1.005
1.000 ----- 10.000 ha	469	614	565
10.000 ha -----	6	10	6
Sem declaração	8	167	122
ÁREA TOTAL (HA)	6.877.280	7.473.778	7.419.543
Áreas com menos de 10 ha	344.507	376.793	448.983
10 ----- 20 ha	766.700	824.559	888.168
20 ----- 50 ha	1.739.018	1.720.446	1.673.455
50 ----- 100 ha	979.683	953.380	891.819
100 ----- 200 ha	642.689	670.444	660.163
200 ----- 500 ha	773.077	881.613	901.561
500 ----- 1.000 ha	570.245	694.035	695.178
1.000 ----- 10.000 ha	931.103	1.159.851	1.087.207
10.000 ha -----	130.258	192.654	173.004
Sem declaração	--	--	--

Fonte: FIBGE - Censo Agropecuário (1991)

Entre 1975 e 1980, observou-se um decréscimo na população ocupada no setor primário catarinense de 858 mil para 830 mil, enquanto o número de tratores cresceu 426% no mesmo período, segundo dados da EMATER/ACARESC (1982). Em relação à renda, o ritmo de crescimento

da renda interna agrícola no período 1970-1980 foi de 82,3%, enquanto a renda urbana cresceu 227% no mesmo período. Este abismo observado entre os rendimentos auferidos no meio rural e no meio urbano, teve grande influência sobre os movimentos migratórios, comprometendo, assim, a qualidade de vida, tanto no meio rural quanto no urbano.

3.1 EVOLUÇÃO NO USO DE TRATORES, MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS, BUSCANDO UM PARALELO COM A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NO MEIO RURAL.

Observar-se-á, através deste item, a evolução da mecanização agrícola ocorrida no Estado nos anos entre 1975 e 1995, buscando relacionar esta realidade com a evolução da população ocupada no meio rural neste mesmo período.

Em 1975, segundo dados da FIBGE (1979), a atividade agrícola em Santa Catarina utilizava-se de 11.509 tratores, de potências diversas, que variavam de menos de 10 CV até mais de 100 CV, sendo que o número de tratores ia decrescendo com a potência, por exemplo: existiam 5.315 tratores com menos de 10 CV; no entanto apenas 362 com 100 CV ou mais. Com relação à área (ha) das propriedades, as com áreas de 10 à 100 ha, concentravam a grande maioria do número total de tratores, cerca de 70% deles.

No tocante ao número de arados e colheitadeiras (automotrizes e combinadas), a agricultura fazia uso de um total de 120.768 arados, subdivididos entre os de tração animal (110.236), e os de tração mecânica (10.532), enquanto o número de colheitadeiras era de 2.540. Com relação à área das propriedades, também aqui se destacam aquelas com áreas que variam de 10 à 100 ha, utilizando-se da grande maioria do número de arados, cerca de 76% do total, e também das colheitadeiras, aproximadamente 78% delas.

Em relação ao número de veículos como caminhões, jipes e outros de tração mecânica, o setor agrícola possuía cerca de 13.462 veículos, convivendo simultaneamente com aproximadamente 92.268 veículos de tração animal. Novamente aqui se destacam as propriedades com áreas de 10 à 100 ha, concentrando cerca de 75% dos veículos de tração animal e aproximadamente 70% dos veículos de tração mecânica.

Ainda em 1975, a FIBGE constatou que o número total de pessoal ocupado na atividade agrícola em Santa Catarina era de 589.438, dos quais

330.812 homens e 258.626 mulheres, em sua maioria trabalhando em propriedades com áreas de 10 à 100 ha. Estas propriedades concentravam em torno de 66% do total do pessoal ocupado na atividade agrícola.

Segundo o Censo Agropecuário Santa Catarina - 1980 (IBGE, 1983), pôde-se constatar um significativo aumento na frota de tratores utilizados na agricultura. Com base nestes dados, o número de tratores utilizado na atividade agrícola era de 22.761. Este aumento de quase 100% na frota de tratores, em apenas cinco anos, não foi a única modificação na frota citada; também a proporção de tratores segundo a potência foi modificada. Os tratores com potência entre 50 e 100 CV passaram a ser maioria com um número de 7.684 unidades. Também em número significativo encontravam-se os tratores com potência entre 10 e 20 CV: 6.609. Os tratores com 100 CV ou mais continuavam a ter o número menos significativo, com 731 tratores apenas. As propriedades com áreas entre 10 e 100 ha, continuavam a ter predominância no uso dos tratores, utilizando-se de cerca de 70% do número total destes.

O número de arados e máquinas também cresceu significativamente. A quantidade de arados utilizados na atividade agrícola era de 120.446, constatando-se que não houve uma grande mudança no número de unidades. Deste número, 101.184 são de tração animal, enquanto 19.262 de tração mecânica. As máquinas apresentavam-se neste período num número total de 19.184, divididas em máquinas para plantio (9.285) e máquinas para colheita (9.899). A utilização destes equipamentos é mais incidente nas propriedades com área entre 10 e 100 ha, que absorvem cerca de 75% do total deste equipamento.

Com relação ao número de veículos utilizados na agricultura, em 1980, os veículos de tração mecânica somavam 22.570 entre caminhões, utilitários e reboques. Já os de tração animal apresentavam-se em 83.469 unidades. Apesar do aumento nos veículos de tração mecânica, observou-se uma pequena queda no número de veículos de tração animal (em relação a 1975). A maior concentração destes veículos se dá nas propriedades com áreas entre 10 e 100 ha, que utilizavam-se de 70,40% do total de veículos de tração mecânica e 75 % do total dos de tração animal.

Ainda segundo dados da FIBGE (1983), observou-se que o número total de pessoal ocupado na atividade agrícola era de 497.205, dos quais 296.039 homens e 201.166 mulheres. As propriedades com áreas entre 10 e 100 ha absorviam cerca de 65% desta mão de obra na atividade agrícola.

Estes números nos mostram uma difícil realidade, onde num período de cinco anos (1975-1980), houve uma queda em torno de 15% na população de trabalhadores rurais, enquanto o número de tratores e máquinas cresciam.

Em 1985, o Censo Agropecuário de Santa Catarina (IBGE, 1991), nos trouxe novos números a respeito de máquinas e instrumentos agrícolas. O número de tratores utilizados na agricultura passou para 31.418, observando-se um aumento em torno de 50% na sua frota, durante o período 1980-1985. Na classificação segundo a potência, os que tem maior destaque são aqueles com potência entre 10 e 20 CV, com uma frota de 11.669 tratores, seguido pelos tratores que possuem de 50 a 100 CV, com 10.926 unidades empregadas no setor agrícola. Os de potência de 100 CV ou mais, continuam sendo os de menor frota, com 953 unidades. As propriedades com área entre 10 e 100 ha são as maiores beneficiadas com o uso destes tratores, utilizando cerca de 72% dos mesmos em suas terras.

O número de máquinas (plantio e colheita), e arados, também apresentou significativo aumento. As máquinas apresentaram um total de 15.103 unidades, destas 11.151 destinadas para o plantio e 3.952 para a colheita. Os arados tiveram um aumento de quase 20%, apresentando, em 1985, um número total de 144.260 unidades, subdivididos em 119.468 de tração animal e 24.792 de tração mecânica. Com relação à distribuição por propriedades, continuam absorvendo a maior parte destes equipamentos, aquelas propriedades com áreas de 10 a 100 ha, que utilizavam em suas terras em torno de 70% destes equipamentos.

Quanto aos veículos, entre eles os caminhões, utilitários e reboques, vemos que também acompanharam a tendência de mecanização. Em 1985, existia um total de 123.139 veículos utilizados no setor agrícola do Estado, sendo 91.633 de tração animal e 31.506 de tração mecânica, verificando-se um aumento em ambos. A maior utilização destes veículos se dá nas propriedades com áreas entre 10 e 100 ha, que utilizavam-se de cerca de 70% deles.

Tabela 3.2: RELAÇÃO DA ÁREA CULTIVADA E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS/TRATOR EM SANTA CATARINA - 1975/1985.

<i>ANO</i>	<i>ÁREA PLANTADA/NÚMERO DE TRATORES</i>	<i>NÚMERO DE ESTAB./NÚMERO DE TRATORES</i>
1975	116,27	13,2
1980	69,98	6,5
1985	51,00	5,2

Fonte: Instituto CEPA/SC (1987).

Através da tabela 3.2, demonstra-se claramente o avanço da mecanização agrícola, verifica-se a redução da área plantada e do número de estabelecimentos por trator.

Nos anos de 1987 e 1988, o preço dos tratores em Santa Catarina sofreu um reajuste muito além da inflação registrada na época, reduzindo assim o poder de compra dos produtores em função da desproporção entre os aumentos dos preços de produtos e equipamentos.

Segundo dados do Instituto CEPA/SC (1988), entre os anos de 1986 e 1988, a quantidade de produto que um produtor precisava para adquirir um trator de porte médio aumentou, como pode-se observar na tabela 3.3, em relação à produtos como milho e soja:

Tabela 3.3: QUANTIDADE DE PRODUTO NECESSÁRIO PARA A AQUISIÇÃO DE UM TRATOR (MARCA: MF, MODELO 265, 61 CV), SANTA CATARINA 1986-1988.

<i>PRODUTO</i>	<i>ANO</i>		
	<i>1986</i>	<i>1987</i>	<i>1988</i>
Milho (saca 60 Kg)	1.523	2.783	3.192
Soja (saca 60 Kg)	989	1286	1435

Fonte: Instituto CEPA/SC (1988).

A distribuição da frota de tratores no Estado se estabeleceu desigualmente nas microrregiões. Os tratores de baixa potência concentravam-se nas microrregiões de Itajaí, Blumenau e Joinville, e também na Serrana. Já os tratores de maior potência se concentram no oeste catarinense e na microrregião de Curitibanos. Este fato se dá em função das características fundiárias e topográficas, bem como pelos tipos de atividades agrícolas.

A partir do ano de 1985, até o ano de 1990, a venda de tratores em Santa Catarina experimentou uma tendência decrescente, revertendo uma situação pré-estabelecida de crescimento de vendas que havia começado na década anterior. O total de vendas de tratores da frota em 1985, foi de 3.035; em 1990 este número caiu para 853. Em 1991, as vendas de tratores voltaram a crescer e atingiram um número total de 1.034 tratores, passando para 1.601 unidades em 1992, Instituto CEPA/SC (1994).

Com base em todos estes dados analisados ao longo destes anos, observou-se que no final de 1992, a frota de tratores utilizada na atividade agrícola era de cerca de 42.000 tratores. Através da tabela 3.4, pode-se analisar com maior eficiência os dados referentes a evolução no uso de tratores e equipamentos no setor agrícola do Estado:

Tabela 3.4: EVOLUÇÃO NO USO DE TRATORES E MÁQUINAS NO SETOR AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA (1975-1992).

<i>EQUIPAMENTOS</i>	<i>ANOS</i>			
	<i>1975</i>	<i>1980</i>	<i>1985</i>	<i>1992</i>
Tratores	11.509	22.761	31.418	42.000
Arados e Colheitadeiras	123.308	139.630	159.363	-
outros veículos (tração mecânica)	13.462	22.570	31.506	-
outros veículos (tração animal)	92.268	83.469	91.633	-

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários (1979,1983,1991)

Instituto CEPA/SC (1994)

A atividade agrícola em 1985 ocupava 539.804 pessoas, em sua atividade econômica, dentre estes 323.975 homens e 215.829 mulheres, apresentando assim um pequeno aumento no pessoal ocupado, desde 1980. Apesar do aumento, o número total ainda não se igualava ao contingente existente em 1975, mostrando assim que o aumento contínuo dos tratores, máquinas e equipamentos, fez real concorrência ao trabalho humano ao longo destes 10 anos.

Segundo o Censo Demográfico de Santa Catarina -1991 (IBGE, 1991), das 4.541.994 pessoas residentes no Estado, 1.333.457 delas residiam no meio rural, em torno de 29% do total. O Instituto CEPA/SC (1994), forneceu dados que 2.160.372 seria a população economicamente ativa em Santa Catarina, em 1990; deste número, cerca de 648.000 seria o número de pessoal ocupado no setor agrícola. O uso de máquinas e equipamentos como tratores, arados e retroscavadeiras é fundamental para o desenvolvimento da atividade agrícola, o que não pode ser esquecido é a geração e garantia de empregos que vem nos últimos 20 anos sofrendo uma grande defasagem, como podemos analisar na tabela 3.5:

Tabela 3.5: RELAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NA ATIVIDADE AGRÍCOLA POR NÚMERO DE TRATORES EM SANTA CATARINA - 1975/1992.

<i>ANO</i>	<i>PESSOAL OCUPADO/NÚMERO DE TRATORES</i>
1975	51,22
1980	21,84
1985	17,18
1992*	15,48

Fonte: Instituto CEPA/SC (1987, 1994).

*números aproximados.

É de suma importância assegurar uma boa divisão espacial da economia catarinense, viabilizando novos empregos e oportunidades no meio rural, uma vez que, observado o fenômeno da mecanização, não só os empregos nas áreas rurais são diminuídos, como também os níveis de emprego nos centros urbanos sofrem uma defasagem, considerando que os excedentes populacionais dos meios rurais acabam por procurar, nas cidades, novas oportunidades de vida e passam, então, a concorrer com a população desempregada já pertencente ao meio urbano.

CAPÍTULO IV
EVOLUÇÃO DE PREÇOS E RENDIMENTOS AGRÍCOLAS
EM SANTA CATARINA

4. EVOLUÇÃO DE PREÇOS E RENDIMENTOS AGRÍCOLAS EM SANTA CATARINA.

Neste Capítulo, observar-se-á a evolução de preços e rendimentos de alguns dos principais produtos agrícolas cultivados no Estado de Santa Catarina. Os produtos foram escolhidos devido à sua importância na produção geral do Estado e, também, por serem os representantes mais significativos de cada mesorregião do Estado, previamente citadas no Segundo Capítulo deste trabalho (pág. 10).

Como representante da mesorregião Sul, têm-se o **arroz**; da mesorregião da Grande Florianópolis, o **tomate**; a **cebola** é o principal produto representante da mesorregião do Vale do Itajaí; o **alho** representa a mesorregião Serrana Catarinense; na mesorregião Norte, a **batata** é o principal produto cultivado. Com relação à mesorregião Oeste Catarinense, procurou-se observar a evolução nos preços e rendimentos de três de seus principais produtos: **milho**, **feijão** e **soja**, uma vez que observou-se nesta mesorregião uma das situações mais preocupantes em relação ao êxodo rural. Segundo Nedel (1996), com base num levantamento feito pela AMAUC (Associação de Municípios do Alto Uruguai Catarinense), *“a maioria das famílias de agricultores que estão abandonando o campo, está migrando para outras cidades que se situam na própria região”*, estas famílias buscam emprego em grandes frigoríficos como Perdigão, Sadia, entre outros, vislumbrando assim melhores condições de vida. Em praticamente todos os municípios da região oeste, o processo de debandada do meio rural está em pleno processo. São inúmeros agricultores que, não conseguindo mais tirar o sustento através da agricultura, estão vendendo suas propriedades, ou, quando não conseguem compradores, simplesmente as abandonando.

A microrregião de Chapecó tem cerca de 60 municípios, 101 mil famílias vivendo numa estrutura de produção familiar, com área inferior a 50 hectares. Porém, sobre esta realidade, Paim (1996), afirma que *“pelo menos 50% dessas famílias estão sem condições de sobreviver na propriedade”*. A consequência mais imediata dessa situação é a migração dos jovens para outras cidades (maiores) da região oeste, ou mesmo para outros estados. Outra consequência observada é o deslocamento de agroindústrias para outros centros onde a produção de milho é bem maior. Segundo o engenheiro agrônomo Raul de Nadal apud Paim, especialista em pequena propriedade, as agroindústrias são fundamentais para a manutenção e o desenvolvimento da agricultura na região, para ele, os pequenos agricultores

estão “*dando grande contribuição ao país e não tendo a contrapartida da remuneração justa, nem o acesso facilitado ao crédito*”.

4.1 EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS CULTIVADOS EM SANTA CATARINA.

Dentre os oito produtos agrícolas neste trabalho pesquisados, com exceção do feijão preto, todos apresentaram uma tendência de aumento nos rendimentos de suas culturas, desde a safra de 1978/79 à 1991/92, como observa-se nas tabelas 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, abaixo apresentadas.

Tabela 4.1: ÍNDICES DE ÁREA (HA), PRODUÇÃO (T) E RENDIMENTOS (KG/HA) MÉDIOS POR SAFRA, REAIS, RELATIVOS AOS PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS EM SANTA CATARINA - SAFRAS (1978/79 - 1991/92) - ALHO E ARROZ IRRIGADO.

SAFRAS	PRODUTOS					
	ALHO			ARROZ (IRRIGADO)		
	ÁREA (HA) PLANTADA	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO KG/HA	ÁREA (HA) PLANTADA	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO KG/HA
MÉDIA 1976/77- 1978/79	100	100	100	100	100	100
1979/80	335,23	355,99	102,78	71,66	106,43	143,12
1980/81	914,58	506,41	53,58	69,42	95,24	132,27
1981/82	642,58	595,70	89,73	71,55	109,55	147,58
1982/83	667,87	647,25	93,80	71,85	102,21	136,32
1983/84	662,71	732,78	107,47	73,61	126,15	165,23
1984/85	552,26	677,69	118,24	76,83	133,46	167,40
1985/86	654,45	981,24	145,09	79,82	139,09	167,98
1986/87	908,13	1.501,73	160,04	86,02	152,62	171,01
1987/88	1.136,00	1.837,68	156,56	85,91	163,73	185,75
1988/89	874,58	1.052,98	129,72	89,13	165,12	182,96
1989/90	780,13	1.260,14	156,59	87,10	170,99	189,64
1990/91	1.056,00	1.490,66	136,61	86,88	202,45	224,61
1991/92	1.182,71	1.702,49	139,38	90,94	216,20	229,20

Fonte dos dados brutos: Instituto CEPA/SC (1985,1989,1993)

Tabela 4.2: IDEM 4.1 - PARA BATATA E CEBOLA.

SAFRAS	PRODUTOS					
	BATATA			CEBOLA		
	ÁREA (HA) PLANTADA	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO KG/HA	ÁREA (HA) PLANTADA	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO KG/HA
MÉDIA 1976/79	100	100	100	100	100	100
1979/80	115,11	102,67	89,71	158,42	162,78	104,20
1980/81	104,80	109,18	104,79	217,80	238,16	110,76
1981/82	109,10	115,56	106,55	146,49	178,49	123,42
1982/83	98,04	85,15	87,36	158,82	197,51	125,97
1983/84	98,09	115,47	117,71	156,49	174,58	113,00
1984/85	99,08	116,34	116,84	185,48	232,74	127,10
1985/86	100,62	95,45	95,41	214,68	233,20	110,02
1986/87	117,27	130,28	111,74	313,70	410,73	132,62
1987/88	105,27	122,20	117,47	281,34	360,11	129,66
1988/89	103,77	118,71	116,71	314,34	326,15	105,63
1989/90	104,19	130,33	126,30	366,19	481,61	138,93
1990/91	105,39	116,45	112,12	347,86	454,05	132,72
1991/92	112,77	137,08	125,16	384,15	486,69	128,80

Fonte dos dados brutos: Instituto CEPA/SC (1989,1993)

Tabela 4.3: IDEM 4.1 PARA FEIJÃO PRETO E MILHO.

SAFRAS	PRODUTOS					
	FEIJÃO PRETO			MILHO		
	ÁREA (HA) PLANTADA	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO KG/HA	ÁREA (HA) PLANTADA	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO KG/HA
MÉDIA 1976/79	100	100	100	100	100	100
1979/80	134,91	80,54	62,65	106,05	128,87	121,66
1980/81	142,29	165,32	115,96	109,44	144,62	132,30
1981/82	182,32	215,52	120,94	109,19	136,84	125,47
1982/83	206,31	109,04	50,67	108,93	107,73	99,01
1983/84	193,40	208,41	59,41	113,12	149,76	132,56
1984/85	203,29	209,56	57,90	112,83	137,88	121,29
1985/86	223,91	121,46	37,09	115,46	124,60	127,01
1986/87	189,72	150,62	50,14	121,79	154,49	127,01
1987/88	192,65	178,25	52,63	119,37	151,44	127,01
1988/89	190,44	180,93	57,15	120,47	170,06	141,66
1989/90	211,07	188,53	52,40	122,58	170,78	139,92
1990/91	205,45	132,58	39,73	127,48	97,30	83,77
1991/92	190,78	248,65	72,38	131,36	208,25	160,08

Fonte dos dados brutos: Instituto CEPA/SC (1989,1993)

Tabela 4.4: IDEM 4.1 PARA SOJA E TOMATE.

SAFRAS	PRODUTOS					
	SOJA			TOMATE		
	ÁREA (HA) PLANTADA	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO KG/HA	ÁREA (HA) PLANTADA	PRODUÇÃO (T)	RENDIMENTO KG/HA
MÉDIA 1976/79	100	100	100	100	100	100
1979/80	123,51	170,47	134,21	125,04	125,89	101,21
1980/81	114,84	153,69	130,13	137,84	146,66	106,96
1981/82	105,62	126,65	116,62	141,51	139,13	98,84
1982/83	95,96	96,15	97,47	153,32	120,51	79,02
1983/84	99,74	137,26	133,82	155,80	172,49	111,29
1984/85	99,71	133,74	130,42	134,37	150,40	112,52
1985/86	93,88	118,12	122,35	134,27	125,99	91,73
1986/87	87,78	107,99	119,63	148,86	187,78	126,82
1987/88	98,50	123,32	130,71	163,45	203,26	125,02
1988/89	104,05	156,67	147,13	159,28	225,92	143,22
1989/90	87,80	127,45	142,66	169,50	247,18	153,81
1990/91	63,59	59,17	92,61	171,98	246,43	147,45
1991/92	48,72	87,13	175,22	188,65	241,47	137,66

Fonte dos dados brutos: Instituto CEPA/SC (1989,1993)

Observa-se também, através das tabelas, que a produção (T) e a área plantada (ha) destes produtos apresentaram um enorme crescimento no período, com exceção do arroz irrigado que, apesar de apresentar uma queda na área plantada, teve sua produção aumentada em 116%, e da soja, que depois de experimentar uma tendência de crescimento até 1988/89, sofreu uma violenta queda até o final do período, tanto em sua área plantada, quanto em sua produção total.

Segundo o Instituto CEPA/SC (1995), estes crescimentos da produção, de um modo geral, se devem a fatores como “uso de culturas mais modernas e mais produtivas, sementes melhoradas, maior utilização de fertilizantes, incorporação de áreas maiores e mais favoráveis à mecanização”.

A intensificação da produção agrícola e o aumento da produtividade do trabalho são algumas das principais metas do desenvolvimento capitalista, segundo Zanchet (1990), “a intensificação da produção agropecuária pode ser traduzida pelo aumento da produtividade, obtida pela ampliação da capacidade produtiva, através do aumento da produção por unidade de área ou por unidade de trabalho”. As alterações na composição da força de trabalho e o aumento gradativo do trabalho assalariado são fortes indicadores do desenvolvimento das relações capitalistas de produção na agricultura. Assim, mesmo no caso específico de Santa Catarina, que em sua

extensão territorial agrícola é formada, basicamente, por pequenas propriedades familiares, observa-se um aumento de produtividade decorrente da utilização de insumos modernos e novas tecnologias, representando, na maioria das vezes, uma diminuição no nível de emprego no meio rural.

4.2 EVOLUÇÃO NOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM SANTA CATARINA (1984-1995).

Segundo o projeto Viva o Campo (1995), “*a influência da estrutura da propriedade, da baixa produtividade e da efetiva ocupação dos pequenos produtores rurais, ocasiona um baixo nível de renda*”. As constantes mudanças nas políticas agrícolas e os impactos negativos dos vários planos econômicos trouxeram grande instabilidade e insegurança para o produtor rural, principalmente o pequeno.

Esta baixa remuneração dos agricultores catarinenses é, por muitas vezes, motivo principal para o abandono do campo, uma vez que, segundo o Instituto CEPA/SC (1993), o nível de renda de produtores e trabalhadores rurais é muito inferior ao dos trabalhadores urbanos com igual qualificação. No tocante aos preços recebidos pelos produtores agrícolas em Santa Catarina, no período entre 1984 e 1995, constata-se através da Tabela 4.5, inúmeras mudanças nos índices de preços observados.

Através desta tabela, observa-se várias oscilações nos índices de preços em relação a todos os produtos, ao longo do período. A soja experimentou uma tendência de queda durante todos os anos analisados, com exceção de 1988, ano em que apresentou um crescimento real de seus preços; o preço do feijão oscilou durante todo o período, tendo seu preço mais defasado no ano de 1987 e sua maior alta em 1989, ao final do período, apresentou um aumento significativo; o arroz irrigado, apesar de apresentar em determinados períodos tendências de queda, chegou ao final de 1995 com um aumento de seu preço real; a cebola experimentou, na maioria dos anos observados, quedas em seus preços reais e chegou ao final de 1995 com uma pequena defasagem de seu preço comparativamente a média 82-84; em relação a batata, nota-se, ao longo do período, um predomínio de altas em seus índices, chegando a 1995 com um crescimento de 46,28% em seu preço (comparativamente com a média analisada); Tanto o alho, quanto o tomate tiveram seu momento de maior crescimento de preço no ano de 1990, período em que apresentaram um aumento superior a 100% em seus preços, chegaram ao final do período analisado, ainda com

seus preços em alta. Analisando-se o caso específico do milho, o principal produto agrícola de Santa Catarina, observa-se que os preços recebidos pelos produtores entre os anos de 1984 e 1995 apresentaram pequenas oscilações, ao longo do período, e, na maioria dos anos analisados, nota-se uma leve tendência de queda em seus preços

Tabela 4.5: ÍNDICE DE PREÇOS MÉDIOS ANUAIS REAIS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES CATARINENSES REFERENTE AO PERÍODO 1984-1995.

ANO	PRODUTOS							
	MILHO 60 KG	SOJA 60 KG	FEIJÃO PRETO 60 KG	ARROZ IRRIGADO 50 KG	CEBOLA 20 KG	BATATA 50 KG	ALHO KG	TOMATE 22-25 KG
MÉDIA 1982/84	100	100	100	100	100	100	100	100
1985	85,91	77,53	110,57	100	54,29	73,20	61,62	89,91
1986	95,00	72,83	114,32	95,70	70,58	178,04	140,00	186,74
1987	69,70	73,94	90,59	66,56	60,42	92,33	92,97	132,56
1988	91,67	103,51	114,16	90,29	111,38	70,25	45,41	101,15
1989	101,36	90,60	215,80	90,51	71,28	160,45	132,97	176,08
1990	112,73	77,13	159,25	119,87	102,28	134,95	231,35	219,88
1991	102,58	81,43	112,47	141,50	83,01	131,76	107,57	129,11
1992	85,91	83,27	108,99	86,09	49,74	78,63	57,84	116,43
1993	96,52	88,13	111,47	90,07	82,49	82,17	92,43	119,88
1994	98,03	94,98	168,87	112,03	56,74	174,50	65,95	188,76
1995	97,27	88,84	145,40	108,83	99,12	146,28	102,16	173,78

Fonte dos dados brutos: Instituto CEPA/SC (1996)

A Mesorregião Oeste Catarinense é a principal produtora de milho do Estado e, segundo Nedel (1996), com relação à esta mesorregião, “a agricultura é hoje uma atividade praticamente inviável e nada remuneradora para quem dela participe”, com base num levantamento feito nesta área pela AMAUC (Associação de Municípios do Alto Uruguai Catarinense), chega-se à dolorosa denúncia de que altas abusivas nos preços de máquinas e insumos agrícolas elevaram demasiadamente os custos de produção. O mesmo levantamento evidencia que a “região deixou de movimentar financeiramente, por causa do aumento nos preços de insumos e implementos agrícolas, mais de R\$ 7,5 milhões, de outubro de 94 à janeiro de 1996”.

Com base nas afirmações acima, observa-se que a situação dos pequenos produtores, grande maioria na mesorregião oeste, se torna bastante preocupante. Paim (1996) alerta que “os próprios produtores avaliam que os ganhos vêm se reduzindo a cada ano. Para aumentar a rentabilidade, teria que haver uma produção maior”. A falta de dinheiro

para investir na pequena propriedade é o principal problema enfrentado pelos produtores, uma vez que estes estão dando grande contribuição ao país e não estão tendo a contrapartida da remuneração justa, nem o acesso facilitado ao crédito.

Paim (1996), afirma que *“o pequeno produtor não fica inadimplente e as pesquisas mostram que os grandes tomadores de empréstimos é que são os responsáveis pelos atrasos no pagamento”*. Com relação à sobrevivência das pequenas propriedades diante das inovações tecnológicas, existem duas situações distintas: aqueles produtores integrados à agroindústrias estão bem assistidos, porém os outros, que estão sem parceria, vivem numa difícil situação, *“a tecnologia é repassada e bem absorvida pelo produtor, mas não há recursos para pô-la em prática”*.

Constatou-se, ao final deste capítulo, que a maioria dos produtos analisados apresentaram uma tendência de aumento no rendimento de suas culturas devido, geralmente, ao uso de culturas mais modernas e mais produtivas. Contudo, verificou-se também, que altas abusivas nos preços das máquinas e insumos agrícolas elevaram muito os custos de produção, tornando a atividade agrícola nada remuneradora para os pequenos produtores que não dispõem de recursos para investir na modernização de sua produção. Com relação a evolução dos preços recebidos pelos produtores, observou-se várias oscilações nos índices de preços dos produtos analisados, verificando-se assim, a instabilidade dos preços no setor agrícola.

CAPÍTULO V
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.

Este trabalho teve como principal objetivo averiguar o fenômeno do êxodo rural em Santa Catarina, no período compreendido entre 1975 e 1995. Logicamente que, além da influência interna, o movimento populacional catarinense esteve fortemente influenciado pelo comportamento da economia brasileira em geral.

Em termos de população, o fato é que Santa Catarina apresentou no período 1970-1991 um forte processo de “desruralização” populacional. A população rural apresentou inclusive, decréscimo em termos absolutos no período 1970-1980 e 1980-1991, e representou em 1991, 29,36% da população total do Estado, contra 57,06% em 1970.

Constatou-se este fenômeno, entre outros, pelos seguintes fatores: falta de uma política de crédito rural adequada e duradoura, visando o incentivo ao pequeno produtor; alteração da base técnica de boa parte das atividades agrícolas, com liberação de mão de obra; aumento real nos preços de máquinas e insumos agrícolas, elevando demasiadamente os custos de produção; crença da população rural em maiores possibilidades de emprego e em melhores condições de vida nos centros urbanos; constante melhoria de produtividade das atividades agrícolas, reduzindo o número de produtores pela perda de competitividade destes; falta de novas alternativas de produção ou atividades que retenham a população na área rural.

Os produtores rurais de estabelecimentos de menor tamanho tem dificuldades de realizar práticas conservacionistas e a atividade agrícola, para eles, tornou-se praticamente inviável, uma vez que, os ganhos reduzem-se a cada ano e a falta de recursos criou uma difícil situação, onde a tecnologia repassada, mesmo absorvida pelo produtor, não consegue ser posta em prática.

Finalmente, concluiu-se que reverter a tendência de urbanização, levando de volta para o meio rural as milhares de pessoas que de lá partiram, seria impossível, na medida em que o “movimento” é histórico e observado em todo o mundo. É possível, todavia, diminuir o ritmo de intensidade, senão estancar, temporariamente, o fluxo migratório, com a adoção de algumas medidas aqui descritas.

Com relação ao crédito rural, o governo federal deve intervir, como principal gestor da política de crédito rural, para a adequação das normas de aplicação e custos às necessidades dos pequenos agricultores, criando também novas alternativas de renda destinadas a eles.

No tocante ao cooperativismo, deve-se apoiar e empreender parcerias com entidades não-governamentais voltadas a prestar assessoria aos pequenos agricultores catarinenses; incentivar as diversas formas associativas e/ou coletivas de compra, produção, transformação e venda, conseguindo assim, uma maior eficiência técnica e econômica.

No que se refere a educação, é fundamental o apoio à uma melhor formação de jovens no meio rural, valorizando o homem do campo e seu trabalho, profissionalizando o agricultor catarinense e melhorando a qualidade de vida da população rural.

No que diz respeito a mecanização agrícola, a aquisição de tratores e máquinas para distribuição, com financiamento, às prefeituras e associações de produtores seria de grande incentivo aos pequenos produtores, que assim, poderiam aumentar a produtividade dos fatores de produção e a qualidade dos produtos agrícolas, igualando suas condições de competição com outras regiões.

Em relação às oportunidades de emprego no campo, é de suma importância incentivar a geração de novas oportunidades de trabalho, tanto em atividades diretamente ligadas à atividade rural, quanto em atividades industriais e de serviços ligadas ao campo.

Este trabalho, no entanto, não pretende esgotar o tema, uma vez que possui certas limitações. Uma delas refere-se ao estudo da evolução dos preços agrícolas, que devido a ausência de inúmeros dados de grande importância, tais como preços pagos pelos agricultores, deixa uma grande lacuna a ser preenchida. Outra limitação reside na descontinuidade de determinadas obras pesquisadas, como por exemplo os Censos Agropecuários que tem sua última publicação relativa ao ano de 1985, criando assim, determinadas quebras no decorrer do trabalho, que se utiliza de outras obras, distintas em forma e conteúdo, para dar continuidade a pesquisa.

As sugestões de temas para trabalhos futuros são inúmeras. Inicialmente, podem ser feitos estudos mais profundos no tocante aos preços agrícolas. Outra possibilidade, refere-se a uma análise sobre o êxodo rural sob outro ponto de vista, que não o da agricultura. Que outros motivos fariam das grandes cidades "vitrines" tão irresistíveis à população rural? Também seria interessante analisar algumas das consêquências do êxodo rural nas grandes cidades.

Assim, longe de esgotar o debate sobre o tema, este trabalho pode fornecer elementos para uma grande diversidade de estudos ligados ao assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CENSO AGROPECUÁRIO - Santa Catarina - 1975. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 702 p.
- CENSO AGROPECUÁRIO - Santa Catarina - 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 411 p.
- CENSO AGROPECUÁRIO - Santa Catarina - 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 660 p.
- CENSO DEMOGRÁFICO - Santa Catarina - 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. 575 p.
- CENSO DEMOGRÁFICO - Santa Catarina - 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. 351 p.
- CENSO DEMOGRÁFICO - Santa Catarina - 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 363 p.
- CENSO DEMOGRÁFICO - Santa Catarina - Situação demográfica, social e econômica: Primeiras Considerações: Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. 25p.
- DELLA GIUSTINA, José Elaudio. Evolução da Agropecuária Catarinense: Período 1975-1979. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1979, 61 p.
- EMATER/ACARESC. Programa estadual de assistência técnica e extensão rural - 1983. Florianópolis, 1982.
- GOMES, Jesiel de Marco. Programa Estadual de Promoção de Pequenos Produtores Rurais de Baixa-renda de Santa Catarina. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1980. 37 p.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. A Crise Agrária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362 p.
- INSTITUTO CEPA/SC. Plano estadual para aplicação de crédito rural - 1977. Florianópolis, 1977. 19p.
- INSTITUTO CEPA/SC. Programa estadual de crédito rural - SC, 1976. Florianópolis, 1976. 47p.

- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Cenários para o sistema agrícola de Santa Catarina. Florianópolis, 1995. 100 p.
- INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Preços recebidos pelos produtores em Santa Catarina - 1980/96. Florianópolis, 1996. 4 p.
- LAGO, Paulo Fernando. Santa Catarina - Dimensões e Perspectivas. Florianópolis: Meridional, 1978. 349 p.
- NEDEL, Lúcio Mauro. Oeste assiste a debandada no Campo. A Notícia, Joinville, 07 abr. 1996. Caderno de Economia, p.1.
- OLINGER, Glauco. Êxodo Rural. Florianópolis: ACARESC, 1991. 108 p.
- PAIM, Paulo Édson. Em Chapecó, crise no campo aumenta êxodo. Diário Catarinense, Florianópolis, 06 maio 1996. p. 18-19.
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA. Viva o Campo. Florianópolis, 1995. 31 p.
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA. Projetos. Florianópolis, 1996. 24p.
- SILVA, José Graziano. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981. 183 p.
- SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, 152 p.
- SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - 1982. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1982. 330 p.
- SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - 1983. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1983. 374 p.
- SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - 1984-85. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1985. 360 p.
- SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - 1986-87. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1987. 402 p.
- SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - 1988-89. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1989. 351p.
- SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - 1990-91. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1991. 352p.

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - 1993.
Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1993. 184 p.

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - 1994.
Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1994. 143 p.

SÍNTESE INFORMATIVA DA AGRICULTURA CATARINENSE - 1978
- 1979. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1979. 149 p.

ZANCHET, Maria Salete. Estrutura Agrária, Modernização e Distribuição
de Renda na Agropecuária Catarinense em 1980. São Paulo: USP, 1990.
119 p.

AValiação DA MONOGRAFIA

1 - PARTE ESCRITA

1.1) CONTEÚDO:

- a) Objetivo do Estudo - (na área econômica)
Até que ponto a delimitação dos objetivos permitiu que seus propósitos fossem alcançados.

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. | 0,5 | ^{6,5}

- b) Metodologia -
A metodologia utilizada foi apropriada para alcançar seus objetivos

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. | 0,5 | ^{6,5}

- c) Corpo de Trabalho -
O desenvolvimento teórico, analítico, de resultado e de conclusão foram sistematizados de maneira a possibilitar o atingimento dos objetivos. A bibliografia é atualizada.

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. | 0,5 | ^{6,5}

Item 1.1) Média (a+b+c/3) = ^{6,5} x 5,0 (peso) = ^{32,5}

1.2) ESTILO E FORMA DE APRESENTAÇÃO

- a) A redação foi clara, a linguagem precisa, as idéias foram apresentadas com lógica e continuidade, o uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva foram seguidos no texto:

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. | 0,5 | ^{8,0}

- b) As tabelas, quadros, figuras, citações bibliográficas, notas de rodapé, números, anexos, abreviaturas, referências bibliográficas, etc, seguiram as normas técnicas.

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. | 0,5 | ^{8,0}

Item 1.2) Média (a+b/2) = ^{8,0} x 2,0 (peso) = ^{16,0}

2 - PARTE ORAL

O conteúdo da exposição e da arguição, a postura, a gesticulação, a linguagem, os recursos didáticos audiovisuais, desenvolvidos ou apresentados durante a defesa oral, foram satisfatórios.

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. | 0,5 | x 3,0 (peso) = ^{27,0}

NOTA FINAL : 1) PARTE ESCRITA - (item 1.1) = ^{32,5}
- (item 1.2) = ^{16,0}

2) PARTE ORAL = ^{27,0}

Soma (Partes 1+2) = ^{75,5}

Soma/10 (Nota Final) = ^{7,5}

Parecer da Banca:

Comissão de Avaliação:

1. (Presidente) Prof. Laércio B. Pereira Ass. [Assinatura]
2. (Membro) Prof. CESIO L. WERDMANN Ass. [Assinatura]
3. (Membro) Prof. FRANCISCO GRUBINSKI NETO Ass. [Assinatura]
Nome do Aluno Data Defesa: 1/1/1